


Uma análise da política externa estadunidense em relação à Venezuela durante o governo de Donald Trump (2017-2021)

Laura Roberta Rodrigues Gonçalves *

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

*Autor correspondente. E-mail: lauragoncalves141100@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende analisar a política externa adotada pelos Estados Unidos em relação à Venezuela durante o governo de Donald Trump (2017-2021). Trata-se de um estudo de caso que envolve uma revisão bibliográfica e a análise de notícias e reportagens para investigar as tensões, as interações diplomáticas e as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, bem como suas consequências para a população latino-americana. A pergunta que norteará este estudo é: Como a política externa de Donald Trump afetou as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela, especialmente no contexto das sanções econômicas? O artigo começa com um histórico das relações entre os dois países, destacando o alinhamento venezuelano aos Estados Unidos durante a Guerra Fria e a chegada de Hugo Chávez ao poder, marcando uma mudança significativa na política doméstica e internacional do país. Em seguida, são examinadas as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, abordando os seus objetivos e impactos na economia e na população venezuelana. Além disso, são analisadas as interações diplomáticas entre os dois países, incluindo as ações de apoio à oposição liderada por Juan Guaidó e os esforços para isolar o governo de Nicolás Maduro. Através dessa análise, busca-se compreender a abordagem adotada pelos Estados Unidos em relação à Venezuela durante o governo de Trump e as suas motivações subjacentes. Com base nessas análises, chegaremos à conclusão de que as políticas trumpistas agravaram a crise humanitária venezuelana. No mais, o artigo visa fornecer uma compreensão aprofundada da política externa de Trump em relação à Venezuela e as suas implicações para as relações bilaterais entre eles, além de contribuir com as abordagens científicas neste campo de estudo.

Palavras-chaves: Venezuela, Estados Unidos, Trump, Maduro.

1. Introdução

A relação entre a Venezuela e os Estados Unidos tem sido historicamente complexa, marcada por tensões e divergências políticas ideológicas. Durante a Era Trump, que abrangeu o período de 2017 a 2021, essa dinâmica intensificou-se, refletindo-se numa política externa contenciosa e desafiadora.

No início do mandato de Trump, a relação entre a Venezuela e os Estados Unidos já se encontrava num estado de crescente conflito. O chavismo, ideologia política e sistema de governo iniciado por Hugo Chávez em 1999, desafiou os interesses hegemônicos dos Estados Unidos, promovendo um movimento de resistência ao que considerava ser a interferência imperialista norte-americana na América Latina. Essa postura confrontadora estabeleceu as bases para a relação contenciosa que se seguiria durante o mandato de Trump (Pedroso 2021).

No mandato de Chávez, a Venezuela adotou uma política deliberada de confronto com os Estados Unidos, do presidente George W. Bush, como uma maneira de fortalecer o governo e buscar os seus interesses diplomáticos. Na sua política externa, o país utilizou o *soft balancing*¹ contra os EUA, buscando se aproximar de nações como Cuba, China, Rússia e Irã. Além disso, adotou uma estratégia chamada “diplomacia do poder social”, que envolvia o uso de recursos financeiros e a promoção de identificação ideológica para se aproximar de outros Estados. Essa estratégia se baseava na ideia de que oferecer generosas doações em nome da redistribuição social e assumir uma postura anti-imperialista poderia elevar a condição de uma nação (Costa 2019).

Ao longo da gestão de Donald Trump, a política externa em relação à Venezuela assumiu um tom ainda mais hostil. A retórica nacionalista dos Estados Unidos, aliada a uma abordagem mais assertiva em relação a regimes considerados ameaçadores, resultou na adoção de medidas financeiras, políticas e diplomáticas punitivas contra o governo venezuelano. Essas medidas incluíram sanções econômicas, restrições comerciais e o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino, desafiando o presidente Nicolás Maduro. Além disso, Donald Trump buscou fortalecer alianças regionais para de fato isolar o regime venezuelano e pressioná-lo a aderir a mudanças políticas e econômicas.

Nesse contexto de tensões, este artigo se propõe a responder à pergunta de pesquisa: Como a política externa de Donald Trump afetou as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela, especialmente no contexto das sanções econômicas? Para isso, utilizaremos como metodologia a revisão bibliográfica, em fontes como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e outros materiais publicados em bases de dados, revistas científicas e conferências. Essas fontes fornecerão uma base teórica e conceitual para o trabalho, permitindo aprofundar nas pesquisas existentes sobre a relação em análise.

O método de revisão midiática também será adotado, por meio da análise de

1. O *soft balancing* refere-se a tentativas de conter um poder ameaçador por meio da deslegitimação institucional, em contraste com o *hard balancing*, que se baseia no acúmulo de armas e em alianças formais. Argumenta-se que o *soft balancing*, quando realizado por meio de instituições internacionais, pode ser uma estratégia eficaz para promover mudanças pacíficas. Essa abordagem pode englobar tanto objetivos minimalistas, que buscam alterações incrementais sem o uso da força militar, quanto objetivos maximalistas, que almejam transformações mais profundas na cooperação interestatal, com vistas a uma ordem mundial mais pacífica e justa. No entanto, o sucesso das estratégias de *soft balancing* na promoção de mudanças pacíficas varia significativamente, mesmo no contexto internacional globalizado e institucionalizado dos dias atuais (Wivel e Paul 2020).

notícias e reportagens. Iremos recorrer a fontes como jornais, revistas, portais de notícias online e outros veículos de mídia. Por meio destas fontes é possível ter acesso a informações e exemplos concretos sobre a relação que está sendo investigada, além de ajudar a ilustrar a dinâmica e os eventos relevantes relacionados ao tema.

Considerando a problemática e metodologia empregada, este estudo caminhará no sentido de verificar a hipótese de que a política externa de Trump em relação à Venezuela teve uma abordagem multifacetada, como o intuito promover uma mudança de regime, porém agravou a crise humanitária e ampliou os desafios enfrentados pelo povo venezuelano.

O artigo está dividido em quatro seções: 1) Histórico das relações entre Venezuela e EUA, destacando a mudança com a chegada de Hugo Chávez; 2) Sanções financeiras dos EUA durante a Era Trump e seus impactos na economia e na população venezuelana; 3) Tentativas de negociações mediadas pela Noruega em Barbados e sua eficácia; e 4) Análise da política de asfixia financeira dos EUA contra a Venezuela, apontando a hipocrisia dos EUA ao criticar a falta de democracia na Venezuela enquanto mantêm laços com regimes autoritários no Oriente Médio.

Finalmente, o balanço do relacionamento bilateral conclui que a política externa adotada por Trump em relação à Venezuela impulsionou o agravamento da crise humanitária. Observamos um cenário social catastrófico, com milhões de venezuelanos enfrentando fome, falta de cuidados médicos adequados e condições precárias de vida, logo a hipótese de pesquisa manteve-se.

Além disso, no campo da Análise de Política Externa, dada a proximidade temporal do governo de Nicolás Maduro e Donald Trump, ainda são incipientes os trabalhos acadêmicos que analisam detidamente a política externa entre os dois Estados em questão. Logo, a análise dessa relação bilateral específica contribui para o enriquecimento do campo de estudos das Relações Internacionais, proporcionando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e implicações das interações entre ambos. Ainda, essa pesquisa contribuirá para futuros estudos e análises comparativas, aprofundando o conhecimento sobre as relações entre a Venezuela e os Estados Unidos, bem como sobre as estratégias e abordagens adotadas por estes atores internacionais.

2. Histórico de um relacionamento conturbado

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), os governos venezuelanos da Quarta República estabeleceram relações baseadas na colaboração com as respectivas administrações dos Estados Unidos. Com maior ou menor intensidade, os presidentes da Venezuela alinharam-se à política promovida pelos Estados Unidos entre 1947 e 1992, juntando-se à sua defesa de um "mundo livre" e na contenção da ameaça comunista. A Venezuela era vista como um aliado confiável dos estadunidenses e uma das principais fontes de abastecimento para o país. Essa parceria estratégica permitiu uma estreita cooperação entre os dois países durante esse período histórico (Sánchez 2019).

No entanto, a instabilidade política decorrente do grande fosso econômico e social existente no país levou ao surgimento de uma nova liderança rupturista, Hugo Chávez, que venceu as eleições em dezembro de 1998 após ter liderado um levante militar em 1992 contra as políticas de ajuste. A sua chegada à Presidência foi um divisor de águas na política doméstica e internacional. Chávez colocou o Estado venezuelano a serviço de um processo de transformação social e política e promoveu uma Assembleia Constituinte que dotou o

país de uma nova Carta Magna, iniciando uma nova etapa, a Quinta República. No plano internacional, ampliou e aprofundou as relações da Venezuela com os países do continente, promovendo organismos de coordenação política e integração econômica soberana. Da mesma forma, acordou preços mais favoráveis para os interesses da Venezuela com os Estados-membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) (Sánchez 2019, 470–471, tradução nossa).

O governo Chávez (1999–2013), marcou uma transformação na política venezuelana, caracterizada pela consolidação do poder em um contexto de colapso do sistema partidário tradicional. A erosão das instituições democráticas, aliada à deslegitimação dos partidos políticos estabelecidos, criou um vácuo institucional que Chávez soube explorar para centralizar sua autoridade. Embora tenha promovido uma retórica de democracia participativa e justiça social, muitos acadêmicos argumentam que seu regime se caracteriza por um "autoritarismo competitivo", onde as eleições ocorrem, mas as condições para uma competição justa são severamente comprometidas. Essa dinâmica levanta questões sobre a verdadeira natureza da democracia na Venezuela, uma vez que a centralização do poder foi acompanhada por uma crescente repressão à oposição e à liberdade de imprensa (Mainwaring 2012).

Além disso, segundo Mainwaring (2012), o impacto dos altos preços do petróleo durante o governo de Chávez foi crucial para a implementação de programas sociais que reduziram a pobreza e garantiram um forte apoio popular. No entanto, essa dependência dos recursos naturais também levantou preocupações sobre a sustentabilidade das políticas adotadas e a eficácia do gasto público. A Venezuela, que era um exemplo de regime democrático na década de 1970, tornou-se uma das nações menos democráticas da América Latina, refletindo uma mudança drástica nas dinâmicas políticas da região. Essa transição não apenas destaca a complexidade do legado de Chávez, mas também serve como um alerta sobre os riscos de erosão democrática em contextos de governança fraca e desigualdade social.

As ações propostas por Chávez, tornaram-se um agente de mudanças que desafiou os interesses dos Estados Unidos. Essa situação ficou ainda mais evidente quando Chávez estabeleceu a sua orientação socialista em 2004. O governo chavista coincidiu com os mandatos americanos de Bill Clinton (1993–2001), George W. Bush (2001–2009) e Barack Obama (2009–2017). “Ao longo dos respectivos governos, houve diferentes divergências nas relações bilaterais venezuelanas-americanas, levando inclusive ao confronto aberto e ao rompimento das relações diplomáticas” (Sánchez 2019, 471).

Hugo Chávez morreu em 2013 e Nicolás Maduro assumiu a presidência. Porém, o então presidente americano, Barack Obama, se recusou a reconhecer o resultado das eleições venezuelanas, alegando irregularidades. Os Estados Unidos permaneceram em conflito com o país latino-americano a fim de romper com a herança chavista que colocava em risco a estabilidade da região.

Na frente institucional, os Estados Unidos reforçaram os seus ataques ao aprovar em 9 de março de 2015 o chamado Decreto Obama. Foi um decreto executivo do Governo dos Estados Unidos que declarou a Venezuela uma "ameaça incomum e extraordinária" à segurança dos Estados Unidos, com base na Lei de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil da Venezuela de 2014, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 18 de dezembro de 2014, com duração de dois anos (Sánchez 2019, 473, tradução nossa).

Já em 2017, Donald Trump foi eleito pelo partido republicano nos Estados Unidos.

Para Sánchez (2019, 474, tradução nossa), “talvez um dos aspectos mais distintivos que podem caracterizar a política externa do governo Trump em relação à Venezuela tenha sido a combinação de ações multifacetadas para a mudança de regime”.

3. Sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos à Venezuela durante a Era Trump

Segundo Sánchez (2019, 477, tradução nossa), “embora a política de sanções aplicada pelos Estados Unidos não tenha começado no governo Trump, mas no governo de George W. Bush, e foi reforçada sob a presidência de Barack Obama, durante os quatro anos de mandato de Trump essas medidas coercitivas unilaterais multiplicaram-se”. Isto revela que o candidato republicano intensificou a operação contra a Venezuela, na tentativa de pressionar o presidente Nicolás Maduro e provocar uma transformação política no país latino-americano.

A fim de tentar legitimar a política externa adotada pelo governo Trump em relação à Venezuela, um dos elementos destacados foi a necessidade de intervenção para lidar com uma alegada “crise humanitária” que afetava inclusive os países vizinhos e que exigia uma resposta urgente por parte dos Estados Unidos (Sánchez 2019). “De 2017 a meados de 2020, o governo dos Estados Unidos divulgou quarenta e três comunicações de sanções envolvendo o Departamento de Estado e o Departamento do Tesouro, por meio do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC)” (Sánchez 2019, 478, tradução nossa).

Entre as sanções, estão as restrições ao setor petrolífero venezuelano, ao punir a empresa estatal Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA) em janeiro de 2019.

O impacto mais imediato das sanções de janeiro foi cortar a Venezuela do seu maior mercado de petróleo, os Estados Unidos, que haviam comprado 35,6% das exportações de petróleo da Venezuela em 2018, ou cerca de 586 mil barris, em média, por dia. Na semana de 15 de março, as importações americanas de petróleo venezuelano caíram a zero pela primeira vez, e permaneceram em zero por mais duas semanas antes de se recuperarem para uma fração da média de 2018 (Sachs e Weisbrot 2019, 1)(SACHS; WEISBROT, 2019, p. 1).

Conforme o *Government Accountability Office* (GAO), uma agência do Poder Legislativo que fiscaliza o governo dos Estados Unidos, as sanções, particularmente contra a estatal de petróleo em 2019, provavelmente contribuíram para o declínio mais acentuado da economia venezuelana, principalmente por limitar as receitas da produção de petróleo (U.S. Government Accountability Office 2021). Nesse sentido, Marco (2017, 1) observa que “isso é um golpe nas finanças de um país que arrecada, com a exportação de petróleo, US\$ 96 de cada US\$ 100 em divisas e que, devido à necessidade de importar alimentos, medicamentos e bens de primeira necessidade, depende muito do desempenho do petróleo no exterior”.

Outra sanção imposta pelo governo Trump se refere à proibição de negociações de títulos da dívida venezuelana. Segundo Mark Weisbrot, codiretor do *Center for Economic and Policy Research* (CEPR) e Jeffrey Sachs, professor de Economia e Diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável da Universidade Columbia:

As sanções de agosto de 2017 proibiram o governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos EUA. Isso impediu que o governo reestruturasse a sua dívida externa, uma vez que qualquer reestruturação da dívida requer a emissão de novos títulos

em troca da dívida existente. Assim, essas sanções impediram a economia de se recuperar de uma profunda recessão que já havia afetado amplamente a população, a qual, com a economia, era mais vulnerável a essas sanções e às que se seguiram, em decorrência da crise econômica. O PIB real já havia declinado em cerca de 24,7% entre 2013 e 2016, e a inflação dos preços ao consumidor, de janeiro a agosto de 2017, estava provavelmente em algum ponto entre, 758% e 1.350% a uma taxa anual (Sachs e Weisbrot 2019, 1).

Essas sanções econômicas tiveram um impacto significativo na economia venezuelana, que enfrentou dificuldades no pagamento da sua dívida externa, escassez de alimentos e medicamentos, inflação alta e uma crise humanitária, em geral. Para Pedroso 2021, 98 “mesmo que a crise econômica venezuelana não tenha como origem essas ações unilaterais dos Estados Unidos, a imposição dessas barreiras dificultou, ainda mais, a saída dessa situação e atingiu a população, que seguia sendo o elo mais vulnerável desse cabo de guerra”. Sachs e Weisbrot também abordam os agravos das sanções, como pode ser visto no trecho a seguir:

Quase toda a moeda estrangeira necessária para importar medicamentos, alimentos, equipamentos médicos, peças sobressalentes e equipamentos necessários para a geração de eletricidade, sistemas de água ou transporte é recebida pela economia venezuelana através da receita do governo proveniente da exportação de petróleo. Assim, quaisquer sanções que reduzam as receitas de exportação e, portanto, as receitas do governo, reduzem as importações desses bens essenciais e, em muitos casos, de produtos que salvam vidas (Sachs e Weisbrot 2019, 2).

Ademais, conforme descrito por Pedroso (2021), além das ações unilaterais, em forma de sanções econômicas e financeiras, o governo trumpista se empenhou em fechar as vias diplomáticas da Venezuela nos âmbitos bilateral e multilateral. A alta cúpula do governo americano usou de declarações de repúdio, com ações diplomáticas, para isolar o regime de Nicolás Maduro, especialmente no sistema interamericano representado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Além do impacto econômico, a ofensiva norte-americana contra a Venezuela tem um impacto simbólico que exerce grande poder, pois cria uma imagem da Venezuela como um país anômalo, com o qual não se pode e não se deve fazer comércio, o que é reforçado pelo papel das agências de classificação de risco que estabelecem quais países são proibidos de investir devido a seu suposto maior risco para o capital internacional. Essas ações enfraquecem o inimigo materialmente, mas também simbolicamente (Sánchez 2019, 477, tradução nossa).

É evidente que a estratégia adotada pelos Estados Unidos transcende o impacto puramente econômico. O seu objetivo é estabelecer uma percepção negativa da Venezuela, buscando desencorajar relações comerciais e minar a confiança no país. Esse aspecto simbólico é fortalecido pela atuação das agências de classificação de risco, que determinam quais países são considerados de maior risco para investimentos internacionais. Consequentemente, essas ações resultam no enfraquecimento tanto material quanto simbólico da Venezuela.

O último aspecto a ser analisado na relação bilateral na era Trump envolve a questão econômico-comercial:

As estatísticas comerciais organizadas pelo Observatório de Complexidade Econômica do MIT (OEC) mostram que, nos anos de 2017 e 2018, os Estados Unidos continuaram como principais parceiros comerciais da Venezuela nas duas pontas: importação e exportação. Os produtos que lideram esse fluxo comercial são, do lado venezuelano, petróleo cru, e do

estadunidense, petróleo refinado. É por conta disso que a dependência mútua nesse campo é desigual, uma vez que o país latino-americano exporta o petróleo no seu estado mais bruto, portanto, sem o valor agregado que o refino acrescenta à sua utilização em larga escala. Esse processo petroquímico ocorre majoritariamente em refinarias norte-americanas, que compram o petróleo cru e o revendem, já refinado, com um valor maior no mercado (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2021 *apud* Pedrosa 2021).

Tendo em vista o exposto, o comércio entre os dois países é impulsionado principalmente pela exportação de petróleo bruto pela Venezuela e pela importação de petróleo refinado pelos Estados Unidos. No entanto, essa relação é desigual porque a Venezuela exporta o petróleo na sua forma bruta, sem o valor agregado do processo de refino. Esse processo de refino é realizado principalmente nas refinarias norte-americanas, que compram o petróleo bruto e o revendem como produto refinado, obtendo um valor mais elevado no mercado.

4. Consequências das sanções econômicas para os latino-americanos

Como esperado, as restrições efetivas e as medidas coercitivas unilaterais exerceram um impacto devastador na economia venezuelana e, por conseguinte, na qualidade de vida da população. Em fevereiro de 2021, Alena Douhan, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre medidas coercitivas unilaterais e direitos humanos, divulgou as descobertas preliminares de um relatório que expôs a gravidade da situação (Sánchez 2019).

A receita do Estado foi reduzida em 99% e o Governo da Venezuela tem apenas 1% da sua receita disponível antes das sanções, o que afeta a capacidade do Estado desenvolver políticas sociais e manter a infraestrutura. Mas também em direitos humanos básicos, como o direito à vida, já que as sanções afetam o sistema de saúde e o programa de importação de alimentos com o qual as caixas são abastecidas com subsídios alimentares distribuídos pelos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP) (Sánchez 2019, 478, tradução nossa).

De acordo com Maduro, na sua gestão o país com as maiores reservas de petróleo do mundo está no sétimo ano de recessão. “De cada 100 dólares ou euros que o país obtinha com a venda de petróleo em 2014, hoje recebe menos de um”, afirmou o presidente venezuelano. Isso fez com que a receita caísse de mais de 56 bilhões de dólares, em 2013, para menos de 400 milhões, em 2020. Maduro descreveu a queda como “gigantesca” (Exame 2023). Este fato nos leva a crer que as sanções exacerbaram a crise.

As sanções tiveram como consequência uma redução na ingestão calórica da população, além de terem contribuído para o aumento de doenças e da taxa de mortalidade, afetando tanto os adultos quanto as crianças. “Segundo a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida (ENCOVI), uma pesquisa anual sobre as condições de vida conduzida por três universidades venezuelanas, houve um aumento de 31% na mortalidade geral de 2017 a 2018. Isso implicou um aumento de mais de 40.000 mortes no país” (Sachs e Weisbrot 2019, 4).

Adicionalmente, de acordo com Sachs e Weisbrot (2019), estima-se que mais de 300.000 pessoas enfrentam risco iminente de morte, devido à indisponibilidade de medicamentos ou cuidados médicos adequados. Esse grupo vulnerável compreende aproximadamente 80.000 pessoas portadoras do vírus HIV, que não têm acesso ao

tratamento antirretroviral desde 2017, bem como 16.000 pacientes necessitados de diálise, 16.000 indivíduos lutando contra o câncer e aproximadamente 4 milhões de pessoas que sofrem de diabetes e hipertensão, muitas das quais são incapazes de adquirir insulina ou medicamentos cardiovasculares. “Os remédios não chegam, segundo o ministério de Relações Exteriores da Venezuela, porque muitas contas bancárias no exterior, com recursos do Estado venezuelano utilizados para as compras, estão bloqueadas” (Rodrigues 2019, 5).

Para Sachs e Weisbrot (2019), ficou evidente que as sanções americanas impostas à Venezuela causaram um declínio econômico muito rápido, amplificando os efeitos negativos na saúde da população, levando a um aumento de mortes prematuras. Especificamente, o crescente colapso na receita de exportação, resultando em restrições nas importações, gerou sérios problemas de saúde pública relacionados à disponibilidade de água e saneamento básico. Além disso, a crise de fornecimento de eletricidade também impactou negativamente os hospitais e outros serviços de saúde.

A ONU considera que os grupos mais vulneráveis à crise acelerada incluem crianças e adolescentes (incluindo muitos que não podem mais frequentar a escola); pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza; mulheres grávidas e lactantes; idosos; povos indígenas; pessoas com necessidade de proteção; mulheres e adolescentes em risco; pessoas com deficiências; e pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou intersexuais (Sachs e Weisbrot 2019, 5).

Além disso, com o agravamento da crise econômica, da criminalidade e da instabilidade política, cerca de 10% da população da Venezuela decidiu deixar o país. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número de migrantes chegou a três milhões de pessoas em 2018. A maioria deles, 2,4 milhões, permaneceu na América Latina, destinando-se especialmente à Colômbia e ao Peru (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2018 *apud* Weber 2019). “Os venezuelanos são o segundo maior grupo populacional deslocado do mundo, ficando atrás apenas dos refugiados sírios, que alcançam 5,6 milhões de pessoas” (Deutsche Welle 2019a, 1).

5. Tentativas de negociações pacíficas entre autoridades venezuelanas e norte-americanas, em Barbados

Apesar das tensões, houve algumas tentativas de negociações entre as autoridades venezuelanas e norte-americanas durante a era Trump. A tentativa de negociação mais expressiva ocorreu em 2019, quando representantes do governo do presidente venezuelano Nicolás Maduro e membros da administração Trump participaram de conversas indiretas em Barbados, com mediação da Noruega. O encontro na ilha caribenha foi motivado, principalmente, após a posse do presidente Maduro para o segundo mandato, em janeiro de 2019, sem o reconhecimento da oposição (Faiola 2019).

Essas negociações foram realizadas como uma iniciativa para buscar uma solução pacífica e diplomática para a crise política e econômica que afetava a Venezuela. O objetivo era encontrar uma saída para a disputa pelo poder entre Maduro e Juan Guaidó, líder da oposição venezuelana que havia se autoproclamado presidente interino com

Tabela 1. Medidas impostas por Trump e seus impactos econômicos e sociais na Venezuela.

Medidas Impostas por Trump	Consequências Econômicas	Consequências Sociais
Redução drástica da receita petrolífera: Bloqueio de ativos e proibição de exportação para os EUA.	Queda acentuada da receita estatal (99%), limitando a capacidade de investimento em setores como saúde, educação e infraestrutura.	Aumento da inflação, desvalorização da moeda, escassez de alimentos e medicamentos, agravamento da crise humanitária.
Congelamento de ativos: Bloqueio de contas bancárias do governo venezuelano no exterior.	Dificuldade em adquirir insumos básicos para a produção e importação de bens essenciais, como alimentos e medicamentos.	Aumento da mortalidade, especialmente entre grupos vulneráveis (crianças, idosos, doentes crônicos).
Proibição de transações financeiras: Restrições às operações de empresas venezuelanas no sistema financeiro internacional.	Isolamento econômico do país, dificultando a atração de investimentos estrangeiros e o acesso a crédito	Deterioração dos serviços públicos, como água, eletricidade e transporte.

Fonte: Elaboração própria.

o apoio dos Estados Unidos e de outros países aliados. Logo, para Guaidó e os seus apoiadores, um dos pontos de partida para solucionar este impasse político, seria convocar novas eleições num prazo de um ano ou menos, sem a candidatura de Maduro (Gonçalves 2019).

De acordo com fontes ligadas ao governo de Nicolás Maduro, duas ocorrências são considerados gatilhos que acenderam o alerta, intensificando o receio de perda de influência política e de controle dentro do governo venezuelano: o relatório crítico emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que apontou violações dos direitos humanos e a morte do capitão da Marinha, Rafael Acosta Arévalo, enquanto estava sob custódia do serviço secreto (Gonçalves 2019). A princípio, ainda que pressionado pela oposição, Nicolás Maduro, se mostrou otimista com a retomada das negociações entre a Venezuela e a oposição. Maduro, inclusive, disse, numa declaração transmitida pela televisão estatal VTV, que era possível encontrar o caminho da paz, da não violência e do diálogo construtivo para a Venezuela, por meio da paciência (Gonçalves 2019). Porém, em agosto de 2019, o presidente venezuelano cancelou a participação do país nas próximas rodadas de negociações, em forma de protesto contra as novas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao país latino-americano (Deutsche Welle 2019b).

De acordo com Castro (2019), as novas sanções, que fizeram Maduro contrapor-se ao diálogo em Barbados, foi o golpe mais duro ao regime da Venezuela desde que Donald Trump chegou à Casa Branca.

O mandatário ordenou o bloqueio de todos os ativos do Governo de Nicolás Maduro nos EUA, a proibição dos negócios entre empresas norte-americanas e Caracas e o veto à entrada da cúpula chavista no território do país. John Bolton, conselheiro nacional de segurança do presidente dos Estados Unidos, advertiu que inclusive empresas estrangeiras vinculadas ao chavismo se arriscam a sofrer sanções. É a primeira vez em 30 anos que Washington aplica punições desse tipo a um país ocidental (Castro 2019, 4).

Em um programa de televisão conduzido por Diosdado Cabello, o número dois do chavismo e presidente da Assembleia Constituinte, Maduro protestou: “O povo da

Venezuela indignou-se e reagiu com a fúria bolivariana que os Estados Unidos e o seu governo imperialista verão a partir de hoje e nos dias que estão por vir. Justiça! Justiça pede ao povo frente à vulgar agressão imperialista” (Castro 2019, 2).

No entanto, ainda que a Noruega tenha atuado como mediadora neutra, facilitando o diálogo entre as partes, as negociações não levaram a uma resolução significativa da crise. As diferenças e desconfianças entre as autoridades venezuelanas e norte-americanas eram profundas, dificultando um acordo. Além disso, a posição rígida de ambos os lados e a falta de compromisso político significativo limitaram as hipóteses de sucesso das negociações (Folha de São Paulo 2019).

6. Política de asfixia financeira e guerra econômica travada pelos diferentes governos norte-americanos à Venezuela

Na obra “*Las nueve razones de EEUU para declarar la guerra a Venezuela*”, Armanian (2019) faz uma crítica à postura das potências mundiais, especialmente os Estados Unidos e a Europa, em relação à crise na Venezuela. O autor argumenta que, enquanto os especialistas estão discutindo as causas internas da crise no país, o interesse demonstrado pelas potências mundiais sugere que existem razões complementares para o envolvimento delas na situação.

Armanian (2019) destaca que as potências mundiais estão mostrando preocupação com as liberdades na Venezuela, mas ignoram outras crises humanitárias graves, como as do Sudão, do Iêmen e do Congo. Ele aponta a hipocrisia dessas nações ao denunciar a falta de democracia na Venezuela, ao mesmo tempo em que mantêm relações estreitas com regimes autoritários, como o da Arábia Saudita. “Os Estados Unidos e a Europa consideram inimigos aqueles Estados que resistem às suas pretensões colonizadoras” (Armanian 2019, 1, tradução nossa).

Para Sánchez (2019), os sucessivos governos dos Estados Unidos omitem que uma grande parte da crise na Venezuela é resultado da política de asfixia financeira e guerra econômica conduzida por eles. O autor sugere que os Estados Unidos têm desempenhado um papel importante na deterioração da economia venezuelana. Ele afirma que, entre 2013 e 2019, o Estado venezuelano deixou de receber uma quantia expressiva de dinheiro, estimada entre 350 mil e 245 bilhões de dólares, devido ao boicote financeiro e comercial.

Os recursos naturais são um dos motivos para os norte-americanos entrarem em combate com a Venezuela, como pode ser visto na obra “*Las nueve razones de EEUU para declarar la guerra a Venezuela*”, de Armanian:

A Venezuela possui a maior reserva de ouro do mundo, além de diamantes, ferro, cobre, alumínio, bauxita, coltan, urânio, gás e muita água doce. Um patrimônio natural extraordinário. Sem falar na joia da sua coroa, o petróleo. A Venezuela é a dona de 24% das reservas da OPEP, por volta de 301 bilhões de barris; mais do que a Arábia Saudita, que possui 21%. Como dizia o general nazista Adolf Galland, o principal motivo para a derrota do seu país na Segunda Guerra Mundial foi não possuir gasolina para seus aviões. A tomada de Stalingrado tinha por objetivo acessar o petróleo do Azerbaijão (hoje sócio de Israel e da OTAN). Os aliados venceram, entre outros motivos, porque tinham petróleo. Hoje os Estados Unidos buscam desesperadamente este recurso: a produção americana do Texas, Oklahoma e Dakota diminuiu para 115.000 barris por dia (Armanian 2019, 1, tradução nossa).

Outro motivo que intensifica a guerra dos Estados Unidos contra a Venezuela é a presença da China e da Rússia no país latino-americano. Pequim e Moscou incomodam os Estados Unidos porque desafiam a sua influência e os seus interesses na região, representando um contraponto às suas políticas e objetivos geopolíticos.

Embora a relação da Venezuela com a China e a Rússia venha desde o governo Chávez, a importância desses países mostra-se mais clara justamente na crise venezuelana. Com o estrangulamento das fontes de crédito da Venezuela, ambos têm contribuído para aliviar a situação fiscal do governo. Enquanto a China permanece como fiador econômico e segundo maior importador de petróleo do país, a Rússia é quem tem se posicionado mais fortemente em defesa do mandato de Maduro e feito demonstrações públicas da sua aliança militar com Caracas (Weber 2019, 90).

Além de tudo, as medidas punitivas unilaterais aplicadas pela administração Trump são consideradas contrárias às disposições estabelecidas na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), particularmente nos artigos 19 e 20 do Capítulo IV.

O artigo 19 da Carta da OEA estabelece que:

Nenhum Estado ou grupo de Estados têm o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem (CIDH 1967, 5).

Enquanto o artigo 20 determina que “nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de caráter econômico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter dessas vantagens de qualquer natureza” (CIDH 1967, 5). Além disso, as sanções violam, inclusive, a legislação dos Estados Unidos, como pode ser visto no estudo de Sachs e Weisbrot:

Cada ordem executiva desde março de 2015 declara que os Estados Unidos estão sofrendo uma “emergência nacional” devido à situação na Venezuela. Isto é exigido pela lei dos Estados Unidos, a fim de impor tais sanções, e a emergência nacional é invocada sob a Lei de Emergências Nacionais de 1976. Esta é a mesma lei que o presidente Trump invocou em fevereiro de 2019 ao declarar uma emergência nacional para contornar a apropriação do Congresso por fundos para construir um muro ao longo da fronteira com o México (Sachs e Weisbrot 2019, 5).

Indubitavelmente, é evidente que a Venezuela não provocou nenhuma crise nacional nos Estados Unidos. A ordem executiva também afirma, conforme requerido pela lei, que a Venezuela representa uma ameaça extraordinária e incomum à segurança nacional dos Estados Unidos. No entanto, não há fundamentos factuais para essa afirmação. Não está claro quais medidas podem ser tomadas para fazer valer a lei diante dessas declarações falsas. Os tribunais norte-americanos têm sido extremamente relutantes em impor leis que entrem em conflito com as decisões de política externa do presidente, mesmo quando parecem violar a constituição (Sachs e Weisbrot 2019).

Além do mais, de acordo com o vice-ministro das Relações Exteriores venezuelanas, William Castillo, o bloqueio econômico é uma clara transgressão às leis do direito internacional. Como resultado, o governo venezuelano está buscando o apoio de organismos internacionais para incluírem as ações de bloqueio econômico, guerra

econômica e guerra não convencional na lista de crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Rodrigues 2019).

Segundo estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Harvard, no Iraque, morreram mais pessoas pelo bloqueio econômico (entre 1990 e 2003), que no conflito na Guerra do Golfo (1991). Isto é, as sanções econômicas são substituídas da intervenção militar e provocam quase a mesma devastação. Para Castillo, a estratégia do governo Trump seria a de asfixiar a economia venezuelana, para levar o país a um caos e assim impor o seu modelo político (Rodrigues 2019).

7. Considerações finais

A análise da política externa entre Venezuela e Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2017–2021) revela uma relação conturbada e marcada por tensões, sanções econômicas e rivalidades diplomáticas. A era Trump foi caracterizada por uma intensificação importante na abordagem dos Estados Unidos em relação à Venezuela, com uma postura mais agressiva e uma série de medidas coercitivas unilaterais.

Ao longo da história, as relações entre Venezuela e Estados Unidos foram moldadas por interesses estratégicos, alianças e conflitos. Durante a Guerra Fria, a Venezuela alinhou-se à política norte-americana de contenção do comunismo, estabelecendo uma parceria estratégica e cooperativa. No entanto, a ascensão de Hugo Chávez e a consolidação do governo chavista representaram uma mudança significativa nesse relacionamento. Chávez introduziu uma orientação socialista na Venezuela, desafiando os interesses dos Estados Unidos e promovendo uma política externa baseada na soberania e na integração regional. Esse contexto gerou divergências e confrontos abertos entre os dois países, culminando com o rompimento das relações diplomáticas durante o governo de Barack Obama.

No entanto, foi durante o governo de Donald Trump que as tensões atingiram um ponto crítico. A administração de Trump adotou uma postura mais agressiva e multifacetada em relação à Venezuela, buscando uma mudança de regime e alegando a necessidade de intervenção humanitária diante da crise no país. Nesse período, as sanções econômicas unilaterais foram ampliadas e tornaram-se uma ferramenta central da política externa dos Estados Unidos em relação à Venezuela.

Logo, o agravamento das sanções impostas pelos Estados Unidos à Venezuela, gerou sérias consequências para a economia do país e a sua população. Dentre as medidas adotadas, destacam-se as restrições ao setor petrolífero venezuelano e a proibição de negociações de títulos da dívida externa, com o intuito de exercer pressão sobre o presidente Maduro. Essas restrições resultaram em uma queda abrupta nas exportações de petróleo e restringiram as receitas do país, aprofundando ainda mais a instabilidade econômica e agravando o sofrimento do povo venezuelano.

Além disso, as sanções também tiveram um impacto negativo no acesso a alimentos, medicamentos e serviços básicos, o que acarretou um aumento considerável da mortalidade e agravou a crise humanitária na Venezuela. Como resultado da crise econômica e humanitária em curso, a qualidade de vida deteriorou-se de maneira generalizada, levando milhões de cidadãos venezuelanos a buscar melhores condições de vida e oportunidades em outros lugares.

Todavia, é importante destacar que essas sanções não foram unânimes e enfren-

taram críticas de organizações internacionais e especialistas. Além disso, a eficácia das sanções em alcançar os seus objetivos políticos é motivo de debate, uma vez que o governo de Nicolás Maduro conseguiu se manter no poder apesar das pressões externas.

Para o futuro, é essencial buscar alternativas diplomáticas e mecanismos de diálogo que possam promover uma resolução pacífica para a crise venezuelana. A cooperação regional e o engajamento multilateral são fundamentais para encontrar soluções sustentáveis e promover a estabilidade na região. É necessário considerar a diversidade de interesses e atores envolvidos, buscando uma abordagem equilibrada que respeite a soberania e os direitos humanos.

Além disso, é importante aprender com as lições do passado e evitar a instrumentalização da política externa em benefício de agendas políticas internas. A coerência, o respeito ao direito internacional e a busca por soluções pacíficas devem ser princípios orientadores da política externa.

Por fim, a análise da política externa entre Venezuela e Estados Unidos durante o governo de Donald Trump fornece *insights* importantes para a compreensão das dinâmicas internacionais contemporâneas. Esse caso ilustra a interseção entre interesses geopolíticos, ideologia e questões de segurança, destacando a importância do diálogo e da cooperação na busca por soluções duradouras para os desafios globais.

Recebido em: 27/03/2024.
Aprovado em: 04/10/2024.

Referências

- Armanian, Nazanín. 2019. *Las nueve razones de EEUU en declarar la guerra a Venezuela*. <https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5517/las-nueve-razones-de-eeuu-en-declarar-la-guerra-a-venezuela/>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- Castro, Maolis. 2019. *Maduro suspende diálogo com a oposição após sanções dos EUA*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/08/internacional/1565229488_786638.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.
- CIDH. 1967. *Carta da OEA*. <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/q.cartaoea.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- Costa, Gabriela Dorneles Ferreira da. 2019. A política externa dos Estados Unidos para a Venezuela: mudanças e continuidades entre os governos Bush e Obama. *Revista Neiba* 8:01–18. <https://doi.org/10.12957/neiba.2019.47784>.

- Deutsche Welle. 2019a. Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões, diz ONU. Acesso em: 05 jul. 2023. <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-a-4-milh%C3%B5es-diz-onu/a-49106708>.
- . 2019b. Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões, diz ONU. Acesso em: 05 jul. 2023. <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%BAmero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-a-4-milh%C3%B5es-diz-onu/a-49106708>.
- Exame. 2023. *Maduro: Venezuela tem queda de 99% das receitas de petróleo em 6 anos*. <https://exame.com/economia/maduro-venezuela-tem-queda-de-99-das-receitas-de-petroleo-em-6-anos/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- Faiola, Anthony. 2019. Oposição venezuelana debate concessões para saída de Maduro em negociações em Barbados. Acesso em: 29 jun. 2023, *Folha de São Paulo*.
- Folha de São Paulo. 2019. *Conversas entre governo e oposição da Venezuela em Barbados terminam sem acordo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/conversas-entre-governo-e-oposicao-da-venezuela-em-barbados-terminam-sem-acordo.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- Gonçalves, Marina. 2019. *Representantes de Guaidó e Maduro discutem novas eleições nas negociações em Barbados*. <https://oglobo.globo.com/mundo/representantes-de-guaido-maduro-discutem-novas-eleicoes-nas-negociacoes-em-barbados-23794714>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- Mainwaring, Scoot. 2012. From Representative Democracy to Participatory Competitive Authoritarianism: Hugo Chávez and Venezuelan Politics. *Perspectives on Politics* 10:955–967. <https://doi.org/10.1017/S1537592712002629>.
- Marco, Daniel García. 2017. *Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?* <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- Pedroso, Carolina Silva. 2021. A relação de Estados Unidos e Venezuela na Era Trump (2017–2021). *Sul Global* 2 (2).
- Rodrigues, Fania. 2019. *Como o bloqueio dos Estados Unidos afeta a vida dos venezuelanos*. <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/como-o-bloqueio-dos-estados-unidos-afeta-a-vida-dos-venezuelanos>. Acesso em: 04 jul. 2023.
- Sachs, Jeffrey e Mark Weisbrot. 2019. *Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela*. Center for Economic e Policy Research. <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>.
- Sánchez, Arantxa Tirado. 2019. Entre la continuidad y la novedad: la política exterior de Estados Unidos hacia Venezuela en la era Trump. Em *El legado de Trump en un mundo en crisis*, 469. CLACSO.
- U.S. Government Accountability Office. 2021. *Venezuela: Additional Tracking Could Aid Treasury's Efforts to Mitigate Any Adverse Impacts U.S. Sanctions Might Have on Humanitarian Assistance*. <https://www.gao.gov/products/gao-21-239>. Acesso em: 4 jul. 2023.

- Weber, Leonardo Albarello. 2019. De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018). Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Wivel, Anders e T. V. Paul. 2020. Soft Balancing, Institutions, and Peaceful Change. *Ethics and International Affairs*, 473-485.